

FH diz que Brasil vive melhor

■ Mensagem do presidente abriu o novo ano legislativo afirmando que a distribuição de renda já não é uma "figura de retórica"

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O brasileiro precisa descartar de sua vida a cultura inflacionária, porque, em 1996, "o Brasil acabou de virar a página negra da superinflação." Este foi o tom da mensagem do presidente Fernando Henrique ao Congresso Nacional, ontem, na abertura do novo ano legislativo. O texto — otimista em relação a quase todas as áreas do governo — afirma que o país começará a resolver, este ano, os problemas sociais.

A mensagem do presidente foi entregue ao Congresso, seguindo a tradição do cerimonial, pelo ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e lida pelo primeiro-secretário da Mesa, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE). O presidente voltou a defender a tese de que a população de baixa renda continua sendo a mais favorecida pelo Plano Real. "Distribuição de renda deixou de ser uma figura de retórica para se tornar realidade mensurável."

O texto enumera, como sinais da recuperação do poder de compra, o aumento no consumo de alimentos, vestuário, material de construção e eletrodomésticos. O presidente destacou que a estabilidade econômica foi feita sem que se comprovassem as previsões de que o desemprego e a recessão seriam o custo inevitável deste plano. Segundo o presidente, o Brasil conseguiu a estabilidade devido à compreensão do Congresso em aprovar as medidas econômicas e as reformas constitucionais.

Sem citar a palavra reeleição, Fernando Henrique creditou o quadro favorável da economia à estabilidade política dos últimos três anos. "Tanto quanto a consistência econômica das medidas adotadas, o ambiente de estabilidade política foi e é decisivo para o êxito", afirmou. E lembrou: "Temos sido, os senhores e eu, co-responsáveis pela manutenção desse clima, (...) que, sem falsa modéstia, considero excepcional na História da República."

O único ponto negativo na mensagem do presidente foi a menção ao déficit da balança comercial de 1996, que alcançou US\$ 413 milhões. Segundo Fernando Henrique, o problema foi a grande importação de bens de capital para atender à demanda de modernização da estrutura produtiva nacional.

O presidente acredita que as medidas de redução do Custo Brasil, que estão paradas no Congresso, resolverão este problema em 1997, pois serão um incentivo às exportações.

Durante a solenidade de abertura dos trabalhos parlamentares, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), criticou os poderes Legislativo e Executivo pelo atraso na votação do Orçamento da União e pela não regulamentação das medidas provisórias. "Não podemos admitir que 40 medidas provisórias continuem sendo reeditadas todo mês", disse. "Se o Congresso tem culpa, o governo também tem, por não regulamentar as medidas", acrescentou.

Os números de FH

- A participação do setor financeiro na renda caiu de 16% para 8%
- O rendimento médio dos brasileiros ocupados aumentou 28% em termos reais entre 93 e 95. Ano passado, cresceu mais que 8%
- Desde 94, o piso dos benefícios da Previdência aumentou 19%
- De 93 a 95, o PIB cresceu em média 4,7% ao ano, mais do dobro da média dos 10 anos anteriores
- Em 96, o PIB deve ter crescido 3%
- Para 97, prevê-se de 4% a 5%
- O Brasil está completando cinco anos consecutivos de crescimento, com taxa acumulada de 25%
- No terceiro trimestre de 96, a taxa agregada de investimento chegou a 16,4% do PIB, contra 15,5% no último trimestre de 95
- O investimento estrangeiro direto mais do que dobrou em um ano, atingindo US\$ 9,2 bilhões
- As reservas internacionais estão em torno de US\$ 60 bilhões

Diante de um plenário lotado de parlamentares, presidentes de tribunais superiores, ministros de estado e representantes do corpo diplomático, o senador afirmou que "não é exemplo edificante o processo de discussão e votação do Orçamento da República que vem sendo praticado nesta casa". Antônio Carlos chegou a dizer que os parlamentares devem deixar de lado "o comportamento feudal dos vassallos de liturgias retrógradas".

O senador também advertiu para o fato de que "a economia de mercado não deve ser tratada como verdade absoluta". E apontou a "terrível desigualdade social que nos divide, com uma concentração de renda cada vez maior entre as regiões e setores da população".

Antônio Carlos conclamou seus colegas para que façam de 97 um ano de intenso trabalho legislativo. "Temos que construir o futuro e não lamentar, inertes, o tempo perdido!", destacou. Ele convidou os parlamentares a votarem "contra ou a favor" das reformas constitucionais, "num ato de patriotismo". "A imagem do Congresso depende de nós mesmos", afirmou o senador, debaixo de aplausos.

Antônio Carlos exigiu um cerimonial militar mais pomposo do que o realizado por seus antecessores. Fez questão de passar em revista as tropas do Batalhão da Guarda Presidencial, com banda de música e 160 soldados, ouviu os 21 tiros de canhão e mandou executar o Hino Nacional. "Temos que cumprir todas as formalidades", justificou.

Só depois é que foi se juntar ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), na porta principal do Salão Negro. No plenário, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, chamava atenção, ao mostrar sua boa forma e o bronzado. O ministro pulou a bancada dos deputados, do lado direito do plenário, quando a sessão já estava começando. Flagrado pelo fotógrafo do JORNAL DO BRASIL, perguntou, brincando: "Estão com inveja da minha boa forma?"

A única ausência foi a do ministro da Justiça, Nelson Jobim, que está no Pará. Seu colega da Fazenda, Pedro Malan, evitou criticar a proposta de aumento do teto salarial dos parlamentares.



O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, passou em revista o Batalhão da Guarda Presidencial, recebendo as honras de chefe de poder